

Câmara aprova criação de cargos para prefeitura

Projeto cria 10 postos comissionados para atender execução do projeto Salvador Social

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

A Câmara Municipal de Salvador aprovou ontem um projeto de autoria do Executivo que cria 10 cargos comissionados para atender à execução do Projeto Salvador Social. A matéria recebeu sete votos contrários em plenário. Conforme mensagem enviada pelo prefeito ACM Neto à Câmara, "diante da importância e complexidade de que se reveste o Projeto Salvador Social e em razão dos motivos expostos, torna-se necessária a criação dos respectivos cargos em comissão que integrarão a Unidade de Gestão do Projeto - UGP".

Com a aprovação, foram instituídos os cargos de diretor geral (1), gerente (5), gerente setorial (3) e assistente administrativo (1), para atender à necessidade temporária do projeto. Sete dos novos postos atenderão a estrutura da Casa Civil; enquanto que a Secretaria Municipal de Educação (Smed), Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Semps), recebem um cargo de gerente setorial cada.

Rejeitaram o projeto as vereadoras Aladilce Souza (PCdoB) e Marta Rodrigues (PT), além dos vereadores José Trindade (PSL), Edvaldo Brito (PSD), Hilton Coelho (PSOL), Sílvio Humberto (PSB) e Hélio Ferreira (PCdoB). Marta Rodrigues usou a sessão para acusar a prefeitura de pedir empréstimos em excesso. "Uma prefeitura que se endivida para desempenhar suas obrigações constitucionais desprezita toda a população. Não deveria precisar de empréstimo para cuidar da educação infantil, dos postos de saúde e da assistência social no nosso

município. É um escárnio conosco", criticou.

Já Joceval Rodrigues (PPS) defendeu a iniciativa. "A Câmara de Vereadores de Salvador tem tido uma postura muito de análise desses projetos, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais necessitadas. Graças a capacidade dessa gestão do prefeito ACM Neto, de austeridade, de administração e de organização, a cidade saiu de uma situação de estar fora da linha de cidades negativadas". O projeto Salvador Social envolve, inicialmente, recursos da ordem de 125 milhões de dólares, conforme contrato firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

A CÂMARA de Salvador aprovou um projeto de autoria do Executivo que cria 10 cargos comissionados para atender a execução do Projeto Salvador Social

Foto: Antonio Queiros



AL-BA aprova Refis para devedores de ICMS junto à Sefaz

A Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade na sessão de ontem o Refis para devedores de ICMS junto à Secretaria da Fazenda até 30 de junho deste ano. O Projeto de Lei 22.494 foi acolhido como um fator favorável para o setor empresarial enfrentar a crise econômica e propiciar, por outro lado, uma melhor arrecadação para o Estado. As bancadas de governo e opo-

sição não chegaram a fechar um acordo de dispensa de formalidades abrimos mão do horário para discussão de 10 parlamentares, o que acarretaria em uma obstrução de pelo menos duas horas e quarenta minutos.

A negociação com a Sefaz poderá ocorrer até 22 de dezembro deste ano, podendo haver redução

de multa por infração e de acréscimos moratórios em até 70%, se a quitação for à vista. "Este projeto é muito importante para o setor produtivo", disse o líder do governo, Zé Neto (PT), apostando que os adversários votariam a favor. Por outro lado, a oposição exigiu que os governistas garantissem o quórum nas comissões e a presença de 32 parlamentares em plenário. (HB)

Otto acusa governo federal de barrar R\$ 300 mi para o metrô

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O senador Otto Alencar reclamou ontem sobre a não liberação por parte do Governo Federal da verba de R\$ 300 milhões. A quantia será utilizada pelo governo Rui Costa para dar continuidade às obras do Metrô de Salvador. Para o pessedista, só resta à oposição denunciar o caso. "O recurso está no Ministério das Cidades, que não quer passar. O governador Rui Costa falou sobre isso várias vezes. É um dinheiro que tem passar para o metrô. Eu não posso fazer nada. Sou oposição ao governo, só me resta denunciar. Estou denunciando todas as coisas que são feitas contra os interesses da Bahia", disse o parlamentar à Tribuna.

Nesta semana, o governador Rui Costa (PT) se comprometeu em dar continuidade a importantes obras

que estão em andamento, mesmo que seja necessário fazer uso dos recursos do orçamento estadual. A declaração foi dada durante discurso no encontro do Partido Progressista (PP), no início da semana. "O orçamento existe, o valor está empenhado, mas o Ministério das Cidades não paga. Então nós estamos pagando. [...] A ajuda do governo federal é um terço do valor total da obra e, mesmo esse valor, só foi pago depois que foi denunciado [o atraso no pagamento]. A obra está concluída e, graças a Deus, nos próximos meses, nós vamos entregar a Barragem do Rio Colônia", disse na ocasião.

Em agosto deste ano, o governo autorizou um empréstimo de R\$ 600 milhões do Banco do Brasil à Bahia. Entretanto, o valor ainda não foi depositado nos cofres do estado. Na ocasião, os senadores baianos chegaram a ir à tri-

buna do Senado dizer que fariam uma marcha até o Palácio do Planalto para cobrar que o presidente o cumprimento da promessa.

Empréstimo - No mês passado, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou requerimento do senador Otto Alencar (PSD), que convida o presidente do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, a esclarecer o bloqueio do empréstimo de R\$ 600 milhões para o Governo do Estado. Aprovados pelo Senado no primeiro semestre deste ano e com o parecer favorável de três órgãos públicos, os contratos preveem investimentos em obras como educação, saúde e infraestrutura. "Nunca pensei que um presidente da República pudesse se submeter a pressão de um grupo de deputados baianos e deixar de cumprir com a sua palavra", disse o senador.



OTTO Alencar reclamou ontem sobre a não liberação por parte do Governo Federal de verba de R\$ 300 milhões

TCM condena Moema Gramacho por omissão na cobrança de multas

DA REDAÇÃO

O Tribunal de Contas dos Municípios puniu a atual prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, e o ex-prefeito, Márcio Paiva, com a determinação de que devolvam aos cofres municipais R\$2.897,05 e R\$4.327,79, respectivamente, com recursos pessoais, em razão da omissão na cobrança de multas aplicadas pelo TCM, o que acarretou na sua prescrição. O relator do processo, conselheiro Plínio Carneiro Filho, afirmou que o documento apresentado pelos gestores não comprova o real pagamento da multa, muito menos o ingresso dos recursos na conta da prefeitura.

A decisão foi tomada pelos conselheiros na sessão de ontem do TCM. A multa prescrita, no valor atualizado de R\$7.224,84, foi imposta à própria Moema Gramacho no julgamento das contas relativas ao exercício de 2010. O parecer prévio destacou, então, a existência de irregularidades formais em procedimentos licitatórios e o pagamento indevido de juros e multa por atraso no cumprimento de obrigações e pela baixa recuperação da Dívida Ativa Não Tributária. Cabe recurso da decisão.

REJEIÇÕES

Na sessão de ontem, o Tribunal de Contas dos Municípios rejeitou as contas de mais três prefeituras, são elas: Água Fria, Brotas de Macaúbas e Itaguaçu da Bahia. Todas as prestações de contas são relativas ao exercício de 2016 e tiveram como principal causa de rejeição o descumprimento



MOEMA terá de devolver R\$2.897,05 e o ex-prefeito Márcio Paiva, R\$4.327,79

do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da ausência de despesas em caixa para pagamento de despesas no exercício seguinte. Diante dessa irregularidade, todos os gestores Evangivaldo Desidério, Cristina Lima e Adão Alves Filho terão representação encaminhada ao Ministério Público Estadual para que se apure crime de improbidade administrativa. Além da irregularidade do artigo 42 da LRF, as contas de Água Fria, da responsabilidade do ex-prefeito Evangivaldo Desidério, apresentaram o descumprimento do limite máximo de 54% para gastos com pessoal, vez que a despesa representou 64,24% da receita corrente líquida do município no 3º quadrimestre, e o não pagamento de quatro multas impostas pelo TCM em processos anteriores, no total de R\$52 mil.

Prefeitos baianos fazem manifestação hoje no Centro Administrativo

DA REDAÇÃO

Mais de 300 prefeitos confirmaram participação no Movimento Pró-Município, que acontece hoje, em Salvador. Após reunião entre a Diretoria da União dos Municípios da Bahia (UPB) e prefeitos de diversas regiões do estado, ficou decidido que os prefeitos baianos realizarão uma mobilização, durante todo o dia para chamar a atenção de pautas prioritárias e da crise que assola os municípios. A concentração acontece às 8h, na sede da UPB, com marcha, às 8h30, em direção à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. No Plenário da AL-BA, às 9h30, acontece a sessão especial para discutir demandas dos municípios baianos.

A programação continua no período da tarde, com retorno previsto para 13h30, para o Diálogo Municipalista com a Confederação Nacional de Municípios (CNM). "Boas Práticas de Consórcio em Saúde e Resíduos Sólidos" será o tema do diálogo, que conta com a participação de facilitadores: Ana Maria Groff Jansen, diretora-executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde; Caio Marcelo Valença Teles de Menezes, superintendente do Consórcio Público do Agreste Central e Marcius Beltrão, prefeito de Penedo/AL e presidente do Consórcio Intermunicipal do Sul do Estado

de Alagoas.

Às 15h, acontece o ato de entrega da Pauta Prioritária aos Senadores e Deputados Federais da Bahia. "Agora é a hora. Vamos sair da porta da UPB e contamos com a adesão de todos. Esse é o movimento dos municípios. Tenho certeza que sairá resultado desta ação", afirmou o presidente da UPB e prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro. A última pauta da tarde acontece às 16h, com o tema "Modernização da Gestão Pública: Consórcios e Ferramentas para Soluções Tecnológicas". O movimento, que também acontece em todos os estados do Brasil, tem apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). As prefeituras da Bahia fecharão as portas, mas os serviços essenciais serão mantidos.



EURES espera a presença de 300 prefeitos no ato, no CAB